

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRENSA SEMANAL

|                  |               |                     |  |
|------------------|---------------|---------------------|--|
| EXPRESSO         |               | AVANTE              |  |
| SEMPRE FIXE      |               | PORTUGAL SOCIALISTA |  |
| TEMPO            |               | POVO LIVRE          |  |
| O JORNAL         |               | ALAVANCA            |  |
| NOVA TERRA       |               | UNIDADE             |  |
| VOZ PORTUGALENSE |               | LUTA POPULAR        |  |
| 10 JUNHO         | 28. MAR. 1930 | PODER POPULAR       |  |
|                  |               |                     |  |
|                  |               |                     |  |

## Ministro dos Assuntos Sociais na posse do provedor

# A Misericórdia de Lisboa barómetro da política social

O ministro dos Assuntos Sociais, dr. João Morais Leitão, empossou, o novo provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, dr. Pedro de Vasconcelos, ilustre colaborador de o dez de junho.

A esta cerimónia, que decorreu na própria Misericórdia de Lisboa, assistiram os secretários de Estado da Administração Interna, da Saúde e da Família, respectivamente, drs. José Luís da Cruz Vilaça, Fernando Costa e Sousa e Teresa Costa Macedo, o governador Civil e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, respectivamente, eng.ºs Neiva Correia e Nuno Abecassis, além dos adjuntos do provedor, directores e chefes de serviço daquela Instituição.

Após ter sido lido e assinado o respectivo auto de posse, o ministro dos Assuntos Sociais proferiu um discurso, em que depois de enaltecer a figura do empossado, declarou:

"A Misericórdia de Lisboa, pela sua implantação na capital do País, pela sua obra social num grande centro urbano como Lisboa onde as carências são mais intensas, constitui um barómetro da política social não de um qualquer Governo, mas da própria sociedade portuguesa.

Quero com isto dizer-vos que a instituição pública que é hoje a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é encarada por este Governo, e creio que terá de ser vista por todos os Governos, como o

pilar fundamental da estrutura de respos/a pública às irrogã de carências dos mais necessitados.

Não quero aqui antecipar planos de acção que ao novo provedor competirá elaborar, coordenar e dinamizar continuando o muito que de válido aqui tem sido feito. Mas quero deixar aqui uma afirmação muito clara. E essa é a de que a reestruturação que se está a realizar ao nível nacional no sistema da Segurança Social e com o Serviço Nacional de Saúde não afectarão nem poderão vir a prejudicar a obra muito importante que esta Misericórdia desempenha com os seus dois principais Serviços operacionais — o Serviço de Acção Social e os Serviços de Saúde. E isto porque nenhum daqueles sistemas nacionais poderá alguma vez justificar que em nome de um unitarismo estrutural de resultados sempre burocratizantes se perca a eficácia de serviços, como os desta Misericórdia, que encontram a sua força na sua própria autonomia e no contacto directo e desburocratizado que esta lhe

permite com as populações.

Quero assim deixar dito nesta cerimónia que este Governo tudo fará para acelerar a implantação dos Serviços de Acção Social e para apoiar o desenvolvimento da sua organização descentralizada por zonas de acção, bem como dará todo o seu apoio à manutenção dos serviços de saúde deste Misericórdia, com o seu Hospital de Pediatria, os dispensários materno-infantis e todas as suas demais unidades, como serviços que

devem ser orientados exclusivamente para o benefício da população mais acarecida de Lisboa."

E depois de acentuar que "isto não significa que a Misericórdia actue de costas voltadas para os serviços centrais do MAS, nem que estes se mantenham desligados da acção da Misericórdia", acrescentou que espera "que se possa formalizar em breve um acordo de actuação entre esta misericórdia, a Câmara Municipal de Lisboa e o MAS

que acabe com alguns desajustamentos existentes e que centralize nesta Casa a responsabilidade por alguns programas que julgo prioritários e que são: a concretização eficiente do tão falado serviço central de acolhimento; a resposta adequada às necessidades de realojamento da população que por razões alheias à sua vontade se vê subitamente sem habitação; a ocupação dos tempos livres da juventude dos nossos bairros mais desfavorecidos."